

# ***Código Florestal: o efeito pedagógico como indício do funcionamento do político***

KYENE BECKER DA SILVA <sup>1</sup>  
ANGELA DE AGUIAR ARAÚJO <sup>2</sup>

## **RESUMO**

Neste artigo, propõe-se uma análise discursiva partindo da cobertura jornalística do processo de votação do Código Florestal no site G1. Buscou-se compreender como se dá o funcionamento do político, noção que, tal como descreve Orlandi (2003), diz respeito à inscrição na língua do jogo de forças que divide o social nas diversas formações sociais. Percebe-se que, na retomada de uma memória que estabiliza funcionamentos próprios ao discurso jornalístico e ao discurso científico, irrompe uma discursividade sobre a legislação ambiental baseada no imaginário que permite ao sujeito uma enunciação, supostamente neutra e imparcial (MARIANI, 1996; FLORES et al, 2012). Buscando desnaturalizar esse efeito de neutralidade, partimos dos trabalhos de Mariani (1996), Nunes (2013) e Pêcheux (1990), propondo uma problematização acerca do uso de recursos gráficos. Acredita-se que o funcionamento do político incida na forma do efeito pedagógico, a partir de regularidades presentes no discurso jornalístico que se assemelham ao funcionamento do discurso pedagógico.

*Palavras-chave:* Código Florestal; discurso jornalístico; discurso pedagógico; político; Análise de Discurso.

## **ABSTRACT**

In this article, it's proposed a discursive analysis starting from the news coverage about the voting process of the Forest Code in G1 website. We sought to understand how is the functioning of the political, a notion that, as described Orlandi (2003), concerns the registration in the game language forces that divides the social in different social formations. It is noticed that in reactivating a memory that stabilizes own runs the journalistic discourse and scientific discourse, breaks out a discourse on the imagination-based environmental legislation that allows the subject to an enunciation supposedly neutral and impartial (MARIANI, 1996; FLORES et al, 2012). Seeking denature this neutral effect, we start the work of Mariani (1996), Nunes (2013) and Pêcheux (1990), proposing a questioning about the use of graphics. It is believed that the operation of political levied in the form of pedagogical effect from regularities present in the journalistic discourse that resemble the functioning of the pedagogical discourse.

*Keywords:* Forest Code; journalistic discourse; pedagogical discourse; political; Discourse Analysis.

---

<sup>1</sup> Mestranda do programa de pós-graduação em Divulgação Científica e Cultural (Labjor/IEL) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Formada em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: kyenebecker04@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora colaboradora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). E-mail: angela.jornalista@gmail.com.

## **1. Introdução**

O discurso pedagógico é significado como um discurso circular, produzindo dizeres institucionalizados, que são amparados por uma instituição e, ao mesmo tempo, sustentam essa mesma instituição. Segundo Orlandi (2011), o discurso pedagógico tende para o discurso de tipo autoritário ao apresentar os conteúdos como uma verdade incontestável. Dessa forma, legitimando a ideia de transparência do discurso, ele naturaliza determinados sentidos e inculca certos dizeres.

Estratégias do discurso pedagógico podem ser observadas fora das salas de aula. No jornalismo, boxes e infográficos se tornaram recursos para jornalistas comporem suas reportagens. Durante a cobertura da aprovação do novo Código Florestal, o site G1 utilizou de forma ampla os infográficos. O recurso é frequentemente utilizado por jornalistas para explicar temas complexos ou mais distantes do público, como a temática ligada ao campo da ciência (NUNES, 2013).

Buscando compreender a relação entre o discurso pedagógico e o discurso jornalístico, com base no referencial teórico-metodológico da análise do discurso (Pêcheux, 2009), propõe-se uma análise dos recursos didáticos utilizados pelo site G1 durante o processo de aprovação do novo Código Florestal Brasileiro, em 2011 e 2012. Para o *corpus* desta pesquisa, foram escolhidos dois infográficos que compuseram diversas reportagens no período de discussão e votação do novo Código Florestal.

A pesquisa se pautou por questionar se o discurso jornalístico, ao utilizar recursos didáticos, neste caso os infográficos, estaria sendo afetado pelo funcionamento do discurso pedagógico, atuando na administração dos sentidos.

## **2. Análise do discurso e o efeito pedagógico**

Para a análise do discurso, o sentido irrompe quando a língua se inscreve na história, como efeito do processo de interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. A AD destaca que, nesse processo, a linguagem é um processo constante de construção e desconstrução, sendo afetada pelas condições exteriores a ela, ou seja, a ideologia e o contexto sócio-histórico fazem parte do processo de constituição dos sentidos nos processos discursivos (ORLANDI, 2003).

Segundo Orlandi (2003), os discursos – efeitos de sentidos entre interlocutores –, assim como as relações sociais, funcionam sob a lógica da hierarquização e, portanto, nem todos os sujeitos possuem legitimidade para atribuir sentidos a um acontecimento. A autora ainda ressalta que a tarefa de interpretar é dada a determinadas posições sociais, como as de advogado, cientista, professor, padre etc. Dessa forma, pode-se afirmar que determinadas posições – por meio de um consenso social – podem fazer valer o seu discurso, como é o caso dos cientistas, que geralmente

são consultados para falar sobre assuntos relacionados à saúde ou ao meio ambiente, e os jornalistas, que, por meio dos jornais, são tidos como os relatores dos fatos e da verdade.

Por conta disso, a análise do discurso indica que determinados discursos conseguem assumir maior visibilidade e, conseqüentemente, conquistam uma maior legitimidade em relação a outros discursos (MARIANI, 1996). Ou seja, há a sobreposição de um discurso em detrimento de outros e essa relação não é algo natural, mas sim um jogo de forças, em que um discurso irá assumir maior visibilidade.

Para descrever o processo pelo qual se dão as disputas pelas interpretações dos acontecimentos, a AD formula o conceito de político, que explica essa relação do jogo de forças na sociedade. Para Orlandi (2003), o lugar de onde fala o sujeito determina a força de enunciação de seu discurso, ou seja, as relações hierarquizadas revelam que cada posição ocupada pelo sujeito determinará se as interpretações mobilizadas por sua fala serão consideradas legítimas (ou não) ou se circularão com teor de interpretação hegemônica (ou não). Sendo assim, pode-se afirmar, por exemplo, que “a fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno” (ORLANDI, 2003, p. 40).

Compreendendo que o discurso é afetado pelas relações de força que permeiam os processos pelos quais se constituem as posições-sujeito, Mariani (1996) formula a noção de memória social. Para a autora, o conceito pode ser definido como um processo histórico de disputas – as que marcam as relações de poder – pela interpretação de um determinado acontecimento, em que uma interpretação predomina sobre a outra. Dessa forma, “(...) naturaliza-se, assim, um sentido ‘comum’ à sociedade, ou, em outras palavras, mantém-se imaginariamente o fio de uma lógica narrativa” (MARIANI, 1996, p. 35).

Nessa relação de forças, Mariani (1996, p. 45) ressalta que os grupos com maior força de enunciação tendem a conseguir impor interpretações uma vez que eles “estão sempre mobilizando a memória social em seu próprio proveito, i.e., buscam confirmar suas posições ao mesmo tempo em que promovem a negação das ideias dos adversários”. Os meios de comunicação – e, por extensão, o jornalismo de referência (sustentado pela mídia hegemônica) – são, vistos por essa perspectiva, formas privilegiadas de retomada de sentidos estabilizados na memória social e, por meio disso, de estabelecimento dos “consensos de significação” (MARIANI, 1996, p. 46).

Mariani aponta ainda que o passado e as projeções se cruzam na rotina jornalística, que constrói e reformula leituras da história para tentar didatizar/explicar os acontecimentos e trazer um sentido natural para a instabilidade dos fatos no mundo. Isso se dá quando o discurso jornalístico nomeia os fatos e digere, para o público, por meio da leitura dos acontecimentos, o que está sendo retratado.

A partir dessa relação de didatizar os acontecimentos e de nomear e “digerir” aquilo sobre o que se fala, Mariani (1996) chama atenção para a imagem que a mídia, muitas vezes, cria de

seu público: um leitor tábula rasa, aquele que sempre precisa de explicações nos mínimos detalhes. Nessa perspectiva, quando o discurso jornalístico utiliza infográficos, boxes e estruturas diferenciadas de texto para explicar os fatos, supostamente para fazer com que o público compreenda o fato de forma clara e objetiva, encontramos aí uma regularidade ligada à tentativa de didatizar a leitura dos acontecimentos. Entretanto, a autora destaca que esse tipo de linguagem e estrutura didática, aparentemente isenta de subjetividade, apresentando fatos e números de modo objetivo e sem contestação, se assemelha ao discurso pedagógico “em sua forma mais autoritária” (MARIANI, 1996, p. 65). Ao utilizar esses artifícios, a mídia coloca-se em uma posição de detentora do saber, criando um efeito de verdade incontestável.

### **3. O funcionamento do discurso jornalístico**

Nos primórdios da imprensa brasileira, ainda no período oitocentista, as primeiras leis de imprensa projetavam a imagem do bom jornalismo sustentada pelo argumento de que os jornais deveriam “defender o cristianismo, o Estado, os bons costumes e as propriedades”, não podendo “divulgar nada contra esses pilares do capitalismo ocidental” (MARIANI, 1996, p. 85). O que funcionou, na origem da imprensa brasileira, como uma regulação ao dizer, derivou para um discurso sobre a objetividade, incorporado pelas instituições jornalísticas e exposto em manuais de redação e de princípios editoriais, que pregam a neutralidade sob o argumento da isenção face ao papel do jornalismo de leitura da realidade. Por meio do discurso da objetividade, segundo Mariani (1996), a imprensa conquistou uma posição de instituição digna de fé.

Ribeiro (2000, p. 35) destaca que essa posição concedeu à imprensa “o estatuto de porta-voz das verdades factuais”, ou seja, a semantização da realidade. Porém, Ribeiro (2000) explica que, mesmo nas abordagens factuais, o discurso jornalístico não é transparente. “Sabemos, entretanto, que nenhum registro é ingênuo ou descomprometido. Para a autora, nenhum registro apenas registra. Todo ele pressupõe o trabalho da linguagem, pressupõe uma tomada de posição dos sujeitos sociais. Todo registro é discurso [...]” (RIBEIRO, 2000, p. 37).

Para Mariani (1996), a suposta verdade divulgada pela mídia nada mais é do que direcionar/atribuir um sentido, isto é, dar uma interpretação sobre o acontecimento de acordo com a memória que dá sustentação aos discursos socialmente aceitos. Flores et al (2012) reforçam a ideia da interpretação dos fatos ao construir um paralelo entre mídia, ciência e divulgação científica. Segundo as autoras, ao falar sobre ciência, a mídia, em geral, reforça o discurso da pesquisa científica como um produto pronto, isto é, há o apagamento de “todo o percurso pelo qual passou o cientista e sua pesquisa (processo), até chegar ao momento da ‘descoberta’”. Além disso, a mídia reproduz certos sentidos sobre ciência que reafirmam o seu lugar como produtor de sentidos absolutos e inequívocos” (FLORES et al, 2012, p. 60).

Dessa forma, Flores et al (2012) destacam que, vistas como espaços discursivos, a mídia e a ciência fazem circular as informações e conhecimentos, por elas produzidos, que são afetados pelas condições de produção e pelos sujeitos. Partindo desse pressuposto, entende-se que os recursos utilizados pela mídia para contar a história dos fatos, como o infográfico, também seriam afetados pelo político.

O infográfico é uma forma alternativa de relatar o acontecimento. Funcionando como um discurso jornalístico, ele também apresenta certas características, como a hierarquização das informações e a ordenação de leitura, criando efeitos de relevância, através dos quais ele mostra quais informações precisam ser lembradas ou quais, dentre todas, seriam as mais importantes.

No movimento entre o que se diz e o que não se diz se constitui uma diferença entre dizer X para não (deixar) dizer Y. Logo, o enunciado prescritivo produz efeito de relevância ao enunciar como algo poderia ser usado, visto que recorta (seleciona) o que ‘julga’ ser mais importante e escamoteia o que define como não sendo (NUNES, 2013, p. 117-118).

Entende-se, portanto, que há o funcionamento do político na rotina de produção jornalística e que este afetaria o modo como a imprensa reporta os fatos ao público, isto é, faz circular os sentidos. Partindo desse pressuposto, a discussão teórica apresentada aqui será base para a próxima seção, que analisa os infográficos utilizados pelo site G1 durante a cobertura da aprovação do novo Código Florestal Brasileiro, tentando identificar a relação entre o funcionamento do político e o efeito pedagógico, desnaturalizando a ideia de neutralidade e imparcialidade do jornalismo.

#### **4. Discurso jornalístico: a informação didatizada**

Ao longo dos anos 2011 e 2012, o site G1 trabalhou na cobertura das discussões sobre a aprovação do novo Código Florestal Brasileiro. Ao longo do processo, o veículo de comunicação do Grupo Globo produziu reportagens e infográficos para informar seus leitores sobre o desenvolvimento das discussões. Dois infográficos (Figura 1 e Figura 2) se destacaram durante a pesquisa, pois foram utilizados como suporte de diversas reportagens publicadas nesse período.

É possível notar que ambos os infográficos têm o objetivo de explicar o que é o Código Florestal e o que mudaria com as propostas e discussões no Legislativo. Expressões como *O que é*, *O que muda*, *Como funciona* e *Por que o projeto é polêmico* são observadas no decorrer dos infográficos. Além disso, é possível observar que há a presença de intertítulos através dos quais também se define o que significa cada termo ou situação presente no Código Florestal.

Essa estrutura de organização do texto e a disposição das imagens utilizadas se assemelham muito ao discurso pedagógico que, segundo Orlandi (2011), atualmente se apresenta

**FIGURA 1**  
Infográfico do site G1



Fonte: G1<sup>3</sup>

como um discurso autoritário. Para Orlandi (2011), o discurso pedagógico é um discurso do poder, isto é, a voz que fala nele é segura e autossuficiente. “A estratégia, a posição final, aparece como o esmagamento do outro. Nesse sentido, poderíamos dizer que *A ensina B = A influencia B*” (ORLANDI, 2011, p. 17).

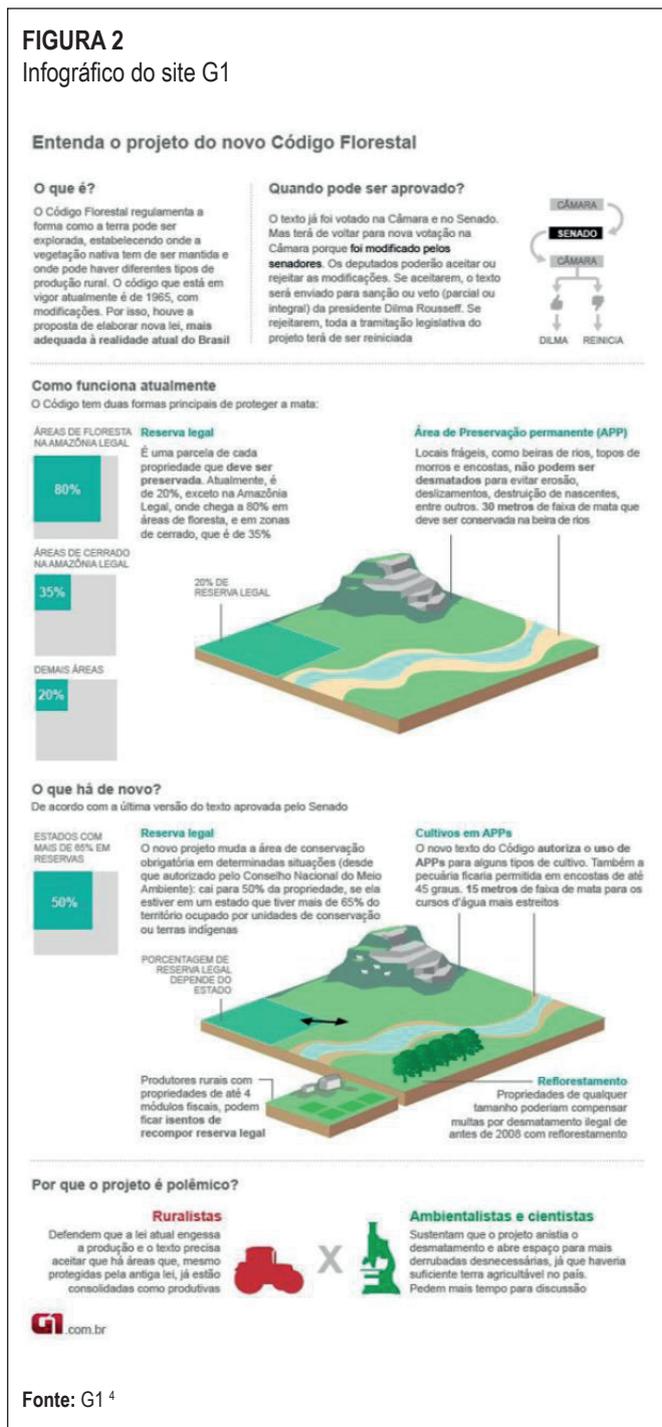
A estrutura de pergunta e resposta presente nos infográficos pode ser comparada às perguntas retóricas, onde quem perguntou não espera uma resposta do aluno – ou, nesse caso, do leitor –, já que há a intenção, pelo próprio questionador, de responder. Orlandi (2011, p. 17) ressalta que as perguntas retóricas e as questões obrigativas/objetivas são próprias do discurso pedagógico. A autora ressalta que a estratégia desse tipo de questão assume uma forma imperativa, isto é, busca delimitar os sentidos que devem ser associados ao tema da pergunta.

No caso dos infográficos do site G1 é possível identificar que as perguntas (*O que é, Como é e Por que é*) são expressões objetivas e buscam criar uma delimitação sobre o assunto. Orlandi (2011, p. 19) destaca que esse tipo de discurso “apresenta definições categóricas e é extremamente preciso e coerente, ao nível da metalinguagem”. E, dessa forma, o discurso pedagógico faz crer na ilusão de que determinado conceito pode ter apenas um significado. Porém, é preciso ressaltar que o discurso é efeito de sentido

(PÊCHEUX, 1990). Sendo assim, compreende-se que o social e o histórico são constitutivos da linguagem, isto é, por trás do discurso existe um sujeito que está interpretando a partir de uma formação ideológica, o que contesta a ideia de neutralidade do discurso. Dessa forma, “desconhece-se

<sup>3</sup> <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/05/entenda-polemica-que-envolve-o-novo-codigo-florestal.html>

**FIGURA 2**  
Infográfico do site G1



a história dos conceitos, ou melhor, que os conceitos têm uma história” (ORLANDI, 2011, p. 21).

Nessa perspectiva, compreende-se que essa estratégia de definir A está intimamente ligada ao fato de não querer deixar interpretar B. A partir dessa leitura, pode-se compreender que o jogo de forças, que atravessa as relações de poder, afeta os discursos, ou seja, há o funcionamento do político nesses discursos.

Dessa forma, o site cria a ilusão de que os textos que trazem o significado dos conceitos não se produzem na tensão. Ao apagar as disputas do jogo de forças presentes na sociedade, o site apresenta a definição dos conceitos como algo que é porque é (ORLANDI, 2011), mostrando a perspectiva de como eles podem ser vistos, assemelhando-se muito ao discurso pedagógico autoritário. Compreendendo que o discurso pedagógico autoritário delimita o que pode e o que não pode ser pensado sobre determinado tema, refuta-se a ideia de um discurso neutro e informativo.

## 5. Conclusão

Este estudo buscou compreender os efeitos do uso de infográficos pelo discurso jornalístico. A partir da leitura de dois infográficos, recortados de reportagens sobre o processo de aprovação do novo Código Florestal Brasileiro, percebem-se indícios do funcionamento do político na forma do efeito pedagógico.

<sup>4</sup> <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/12/senado-aprova-texto-base-do-novo-codigo-florestal.html>

Com estratégias que se assemelham ao funcionamento do discurso pedagógico, o site G1 definiu conceitos presentes no Código Florestal, criando a ilusão de que a definição dos conceitos são verdades incontestáveis, apagando todo o processo sócio-histórico e o jogo de forças que marca as disputas de poder nas sociedades.

O uso de perguntas objetivas tentando delimitar o que pode – e deve – ser lembrado é um indício de que tanto o discurso jornalístico quanto o discurso pedagógico não são meramente informativos e neutros. O uso, pelo discurso jornalístico, de infográficos conduz à ilusão de que as definições propostas no processo de aprovação do novo Código Florestal Brasileiro são transparentes e neutras.

## **6. Referências**

FLORES, G. B. et al. A divulgação científica da Revista Laboratório Ciência em Curso. **Revista científica Ciência em Curso**. v. 1, n. 1, p. 59-63, jul./dez. 2012. Palhoça, SC.

MARIANI, B. S. C. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1996.

NUNES, S. R. **Práticas de leitura no infográfico eletrônico**: trajetos, tropeços e movimentos. In. DIAS, C. Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital [online]. Série e-urbano. Vol. 2, 2013. Consultada no Portal Labeurb – <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/>.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes, 1990.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

RIBEIRO, A. P. G. A mídia e o lugar da história. **Lugar Comum**. n. 11, p. 25-44, mai./ago. 2010. Rio de Janeiro, RJ.